



Experiências da Polícia Militar de Santa Catarina com ações preventivas de Educação Ambiental

**Adilson Schlickmann Sperfeld¹⁵¹
Leandro Specht¹⁵²**

A história da polícia no Brasil começa precisamente no ano de 1808, com a vinda da Família Real Portuguesa para o país (MARCINEIRO; PACHECO, 2005). No Estado de Santa Catarina, pouco tempo depois, em 1835, a Assembleia Legislativa Provincial estadual criou, através da Lei Provincial nº 12, de 5 de maio de 1835, a Força Policial, como originariamente fora denominada. Atualmente a Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) tem abrangência em todo território catarinense, presente em todos os seus municípios, trabalhando 24 horas por dia, durante 7 dias da semana, buscando oferecer paz e tranquilidade pública à toda sociedade.

Além de proporcionar paz e tranquilidade às pessoas, a PMSC trabalha com a educação de crianças, jovens, e adultos. O ensino em colégios militares em Santa Catarina abrange alunos da educação básica (ensino fundamental e médio), e os cursos de ensino superior e pós-graduação em unidades de formação militar, que são destinados aos adultos que queiram ingressar e ou

¹⁵¹ Polícia Militar de Santa Catarina Coronel PM- Comandante. E-mail: cpmacmt@pm.sc.gov.br

¹⁵² Polícia Militar de Santa Catarina Soldado PM. Coordenador Educação Ambiental/CPMA/PMSC. E-mail: cpmagea@pm.sc.gov.br



se aperfeiçoar na área de segurança pública. Outra competência importante da PMSC é a guarda, fiscalização das florestas e dos mananciais e a proteção do meio ambiente (Constituição Estadual de 1989, art. 107, Inciso I, Letras D e G).

A interação entre polícia e preservação ambiental é antiga e crescente. Especificamente no Brasil, a política ambiental nasceu e se desenvolveu nos últimos sessenta anos. Para entender o poder de polícia na temática ambiental no Brasil, é necessário voltar ao ano de em 1981, quando é criada através da Lei Federal nº 6938, de 31 de agosto de 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente. A referida Lei criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que considerou os Órgãos de meio ambiente estaduais como Órgãos Seccionais, no controle e fiscalização das atividades suscetíveis de degradação da qualidade ambiental.

A partir da Política Nacional de Meio Ambiente, é criada como órgão seccional do SISNAMA, no dia 06 de maio de 1992, a Companhia de Polícia Florestal, hoje a atual Polícia Militar Ambiental (PMA) de Santa Catarina. A PMA tem como missão “a preservação da Ordem Pública em todo território catarinense, atuando de forma integrada, através da defesa e preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício pleno da cidadania”.

Preocupada com a problemática ambiental, a PMA acompanhando a evolução e as discussões ambientais a nível mundial e principalmente nacional em virtude da proximidade da ECO-92 e das conferências anteriores, criou em sua estrutura organizacional a Gerência de Educação Ambiental (GEA). Esta gerência teve a incumbência primeiramente de estabelecer e fomentar as diretrizes de Educação Ambiental internamente, e posteriormente difundir junto com todo o efetivo a necessidade de preservação dos recursos naturais para diversos segmentos da sociedade catarinense.

Atualmente a GEA possui uma câmara técnica, e um efetivo total de 24 policiais, distribuídos nas 20 unidades operacionais da PMA. Estes policiais são voluntários, com formação na área ambiental, que se dedicam exclusivamente ao desenvolvimento de três linhas de ação de educação ambiental (EA): O Programa Protetor Ambiental, Projeto Unidos Pelo Meio Ambiente e atividades de EA com a comunidade.

A primeira linha de ação é o programa de educação ambiental Protetor Ambiental (PROA), institucionalizado e reconhecido pela PMSC no ano de



DIÁLOGOS DE SABERES E FAZERES:
Uma releitura dos 25 anos da trajetória
da Educação Ambiental brasileira

2013, através da Diretriz Operacional Padrão 039/CMDO GERAL/PMSC. O PROA nasceu no ano de 1999 no município de Rio do Sul – SC, é desenvolvido com base na educação não formal de adolescentes com idade entre 12 e 14 anos, oriundos de escolas públicas e privadas. A formação dos alunos conta com 180 horas aula, ministradas no contra turno escolar e estruturada em um projeto pedagógico que propõe a aplicação de um núcleo central de atividades teóricas e práticas, pedagogicamente definidas e delineadas para a prevenção primária das agressões humanas ao meio ambiente. Nesse mote, os alunos são formados na missão de se posicionarem socialmente como defensores do meio ambiente e multiplicadores do conhecimento adquirido.

Como resultado o programa conta com 6100 adolescentes capacitados e 85 municípios atendidos. No presente, o programa vem ocorrendo em 20 municípios catarinenses, com um total de 600 alunos em formação. No que tange as realizações interinstitucionais o programa conta com duas frentes contínuas de ação dos protetores ambientais formados, a ação como guias ambientais voluntários no parque nacional das araucárias localizado nas cidades de Ponte Serrada e Passos Maia e a ação como participantes do programa público Jovem Aprendiz, atuando como guias ambientais e auxiliares administrativos ambientais no Parque Estadual do Rio Vermelho em Florianópolis.

A segunda linha de ação de EA é o projeto PUMA (Projeto Unidos Pelo Meio Ambiente), criado no ano de 2016 com o foco crianças da 4 série do ensino fundamental. Fundamentado na noção Pitagoriana “ensinar as crianças para não ter problemas futuros com os adultos”, o programa mantém em sua unidade pedagógica a premissa de que “ninguém preserva o que não conhece (CHAVES, 2013). O PUMA visa disseminar conhecimentos sobre os fatores bióticos e abióticos as crianças da quarta série do ensino fundamental, das redes pública e privada de ensino. O Policial Militar Ambiental, acompanhado de um protetor Ambiental trabalha com os alunos em sala de aula, ou fora dela. São realizados dez encontros, onde cada encontro é tratado um tema diferente, onde as aulas e as temáticas são padronizadas. Este projeto está em fase de implantação, até o momento já foram formados 800 alunos em 10 municípios, que serviram como projetos pilotos para que no ano de 2018 seja padronizado e expandido por todas as regiões de SC.

A terceira linha de ação preventiva realizada pela PMA são as atividades de EA com a comunidade em geral, como palestras, cursos, seminários,



visita ao quartel, feiras, e outros encontros. Em 2016 o público atendido foi de 165.000 pessoas, em 2017 até o mês de agosto foram realizadas 195 palestras, 28 feiras de EA, 11 seminários, 43 encontros diversos, 5 cursos e 18 visitas ao quartel, totalizando um público atendido de 96.000 pessoas.

Desta forma, demonstrando que é possível realizar Educação Ambiental com efetividade, a PMA busca anualmente disponibilizar vagas e ofertar a seleção pública. O acesso as linhas de ação de EA oferecidas figuram como importantes resultados para a política estadual de defesa do meio ambiente.

Referências

CHAVES. Luiz Carlos. Segurança pública, capitalismo e proteção ambiental: fragmentos reflexivos sobre o trabalho da Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina. Ed. Argos, Chapecó.2013.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA DE 1989, disponível em: http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/sites/default/files/CONSTITUI%C3%87%C3%83O%20-%20at%C3%A9%20EC74_0.pdf. Acesso em 14/10/2017.

FREIRE, Paulo. A educação como prática da liberdade. Introdução de Francisco Weffort. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 167.

LEI Provincial nº 12, de 5 de maio de 1835. Dispõe sobre a criação da Força Policial no estado de Santa Catarina.

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni Cardoso. Polícia Comunitária: Evoluindo para a polícia do século XXI. Florianópolis: Insular, 2005. 104 p.

MELLO Jr., Antônio João de. Análise, sob a perspectiva comportamental, da participação de ex-integrantes do projeto protetor ambiental na preservação ambiental. Monografia curso de especialização lato sensu em Administração de Segurança Pública UNISUL, 2009.